

Brasil precisa de "decolagem suave", diz Giannetti

ECONOMIA

André Perosa
De São Paulo

O debate sobre o ritmo de crescimento da economia brasileira possível e sustentável tem dividido os economistas. Enquanto alguns criticam o conservadorismo do Banco Central, que não reduziu os juros na última reunião do Conselho de Política Monetária (Copom), outros apontam restrições a um crescimento mais acelerado e defendem um ritmo de expansão mais moderado.

Eduardo Giannetti, professor de economia do Ibmec, faz parte desse segundo grupo. Para ele, o Brasil precisa de uma "decolagem suave" e terá que se contentar com um crescimento de 3% a 4% nos próximos dois anos. Uma expansão mais rápida esbarraria em restrições importantes: um déficit em conta corrente perigosamente alto, uma baixa taxa de formação de capital físico e falta de mão-de-obra qualificada.

Preparando-se para passar o segundo semestre deste ano na Universidade de Oxford, na Inglaterra, onde pretende escrever um livro sobre os custos ocultos da civilização, Giannetti concedeu a seguinte entrevista ao Valor:

Valor: Qual é o crescimento sustentável para o Brasil nas condições macroeconômicas atuais?

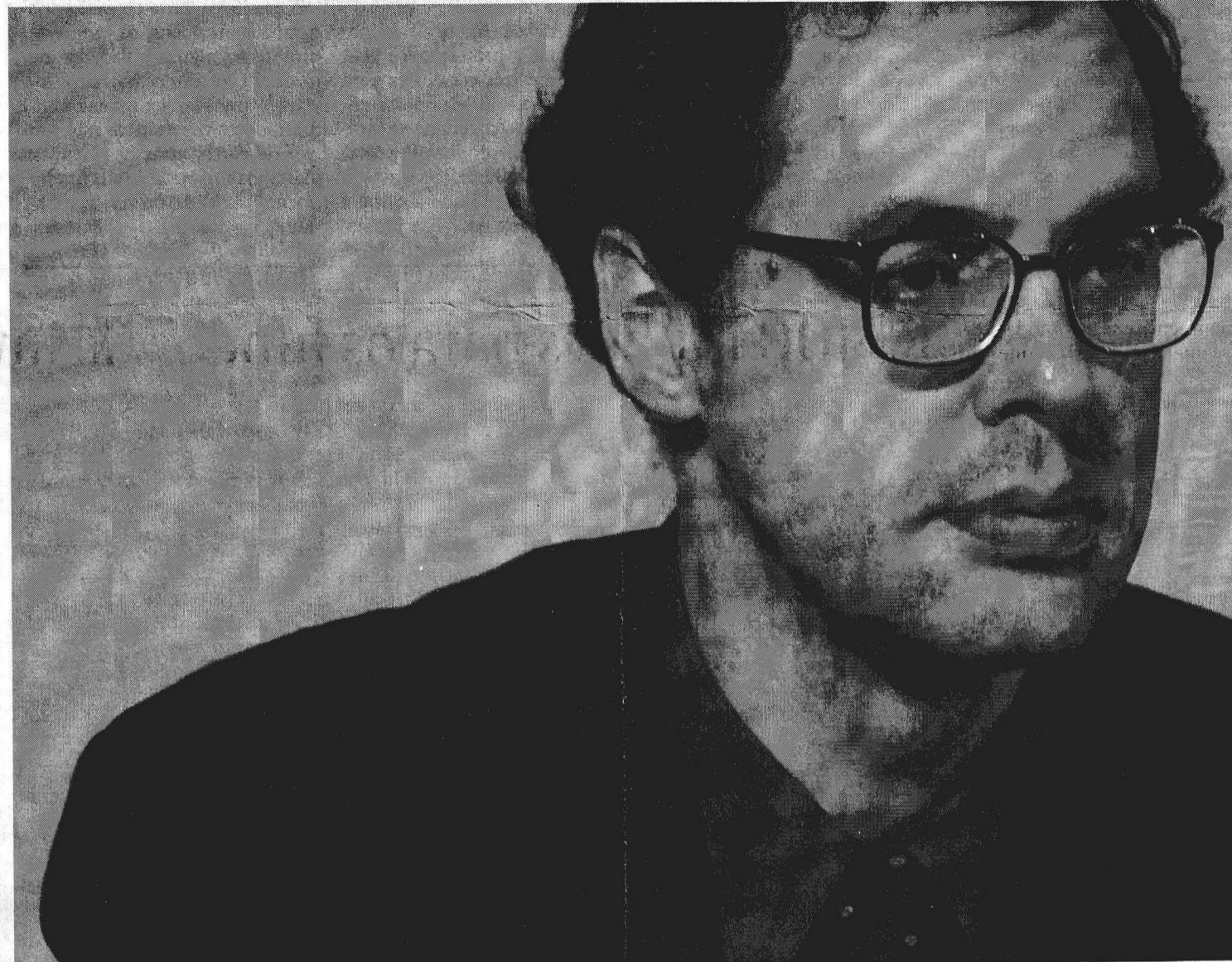
Eduardo Giannetti: Esta é grande questão que divide os economistas hoje no Brasil. Há duas posições bem configuradas: a posição cautelosa, que prefere ver uma retomada mais devagar no crescimento, e a posição mais agressiva, de que o país poderia crescer a taxas de 6% ao ano já, se não fosse o excesso de cautela do governo. Na minha opinião, a economia brasileira precisa encontrar um caminho de "decolagem suave", assim como o EUA tentam achar um pouso suave. Se não fizer essa retomada de maneira consistente, vai gerar desequilíbrios que farão com que ela seja insustentável a longo prazo.

Valor: Qual seria a maior ameaça se o país crescer mais rápido?

Giannetti: Os riscos estão na inflação e no balanço de pagamentos, que, historicamente, foram as variáveis que abortaram o crescimento econômico no Brasil durante todo o pós-guerra. De certa forma, voltamos ao passado. Acho que o momento exige cautela. Temos uma enorme vulnerabilidade externa, devido ao grande passivo externo herdado da primeira fase do Plano Real, e uma poupança doméstica baixa, que impedem um crescimento mais acelerado. Teremos que nos contentar com um crescimento moderado e sustentável, algo em torno de 3% a 4% ao ano, nos próximos dois anos.

Valor: A capacidade ociosa da economia já está se esgotando?

Giannetti: Uma coisa é crescer



PAULO GIANALIA/VALOR

Giannetti: "chegará uma hora em que faltará gente qualificada no mercado, e para tê-la será necessário disputá-la, pagando mais, com pressão na inflação"

quando há uma capacidade ociosa, o que vem acontecendo da mudança do câmbio para cá. Essa é a fase gostosa do crescimento, pois os fatores de produção já estão aí e basta mobilizá-los e utilizá-los com mais intensidade. Mas alguns setores da economia já estão chegando perto da plena capacidade e há necessidade de se formar mais capital.

Valor: A taxa de investimento no Brasil é muito pequena?

Giannetti: Para entrar em um ciclo de crescimento de longo prazo é necessário formar capital. E não apenas capital físico, mas principalmente humano. É do lado humano que está a maior deficiência brasileira. Temos um alto desemprego e muita gente subocupada, mas também temos uma carência dramática de pessoas qualificadas, que são demandadas hoje por setores modernos e mais produtivos. Essa é uma restrição forte ao crescimento da economia.

Valor: De que forma essa restrição se manifesta?

Giannetti: Utilizando plenamente o capital humano, chegaremos a uma hora em que faltará gente qualificada no mercado, e para tê-la será necessário disputá-la, pagando mais. Isso tende a gerar uma pressão inflacionária sem aumentar a capacidade produtiva do país no curto prazo.

Valor: Esse problema não pode

ser contornado?

Giannetti: As pessoas estão com uma ansiedade de crescimento muito grande. Há gente que imagina que, até o final deste governo, o Brasil terá conquistado um crescimento sustentável de 6%, 7% ao ano. Eu duvido que, com a nossa poupança doméstica, cheguemos a isso. O número de Formação Bruta de Capital Fixo no ano passado, de cerca de 20% do PIB, foi muito ruim. Os países asiáticos que crescem sustentavelmente há mais de uma década pouparam e investem cerca de 30% do PIB. E este número não inclui o elemento central do crescimento, o capital humano. O gasto em educação, por um anacronismo da contabilidade econômica, é considerado consumo, não investimento.

Valor: Neste contexto, a produção de bens físicos perde importância?

Giannetti: Estima-se que dois terços do estoque total de capital dos EUA hoje seja capital humano. O restante é composto por terras, equipamentos, edificações. Nas empresas mais modernas, hoje, não se vê grandes máquinas ou prédios, mas sim gente qualificada, hábil a produzir bens informacionais, muitas vezes intangíveis, que geram valor econômico. O setor de serviços já responde por 60% da economia americana. A participação da indústria lá está voltando

ao nível de 1850, antes da revolução industrial.

Valor: O Brasil poderia investir mais em educação?

Giannetti: Há dois segmentos a considerar: os investimentos das famílias e do Estado. No caso das famílias, o problema é a desigualdade. Quase metade da população infantil está nas famílias que estão entre as 26% mais pobres, que não têm condição de investir em educação. Ao contrário, muitas vezes obrigam os filhos a trabalhar para ter uma renda. Isso já é suficiente para refutar aquela tese de que o bolo precisa crescer primeiro para depois ser distribuído. A má distribuição de renda pode aumentar a poupança e a formação de capital físico, mas sem a contrapartida da melhora do capital humano este capital físico não tem realidade.

Valor: E os investimentos do Estado?

Giannetti: Como proporção do PIB, o que o Estado investe em educação não é ruim. Há algumas considerações a serem feitas, porém. Primeiro, a base da população infantil e juvenil é larga e os recursos acabam por ser muito dispersos. Segundo, distribuímos muito mal estes recursos, ou seja, a educação superior absorve uma parcela significativa deles. Temos uma deficiência muito séria no nosso ensino fundamental. O que houve de positivo nos últimos anos foi uma extensão da rede de ensino públ

co fundamental, que hoje já atende 95% das crianças. Mas a qualidade do ensino certamente se deteriorou ainda mais, na média.

Valor: Um déficit em conta corrente no patamar atual é sustentável a longo prazo?

Giannetti: Provavelmente terá que cair um pouco. Temos um déficit em conta corrente da ordem de 4,5% do PIB. É natural que países em desenvolvimento tenham déficits acelerar seu crescimento. Mas foram diversas as crises financeiras que ocorreram quando esses países foram com muita sede ao pote da poupança externa, apostando que a disposição dos investidores de continuar financiando os déficits é infinita.

Valor: Se o Brasil continuar a crescer no ritmo atual nos próximos anos este déficit explode?

Giannetti: O Brasil é um paciente em convalescência, e tem que ser monitorado com muita atenção. É melhor uma decolagem suave do que uma subida aos céus "a la Icaro", insustentável. O governo precisa monitorar a evolução da oferta e da demanda agregadas, se não estamos gerando um desequilíbrio externo insustentável... Qualquer pressão inflacionária terá que ser atacada imediatamente.

Valor: Faz sentido ter metas de inflação tão baixas, que podem sacrificar o crescimento econômico?

Giannetti: Essa discussão já foi

feita exaustivamente no Brasil no pós-guerra. Uma das contribuições mais singulares que o Brasil dá ao pensamento econômico é a teoria da "inflação produtiva", a ideia de que o país poderia encontrar na inflação uma maneira de driblar a baixa poupança doméstica e crescer sem dor. Juscelino Kubitschek encantou o país com essa mágica, acelerando o crescimento econômico sem mostrar a conta à sociedade. A inflação foi usada e abusada, e isso trouxe todos os problemas que sabemos. Ainda temos uma memória de técnicas de convivência com a inflação que podem voltar a qualquer bobadela.

Valor: Há um trade-off entre inflação e crescimento?

Giannetti: Não, não há. Países como a Alemanha e o Japão cresceram fortemente no pós-guerra com inflação baixíssima. O que se sabe hoje é que uma inflação muito alta acaba com a possibilidade de crescimento. No Brasil, se você começar a soltar a economia, com uma queda mais agressiva dos juros, por exemplo, a inflação pode crescer bem mais do que se previa. É como alguém dizer que vai parar de beber após o primeiro trago.

Valor: O Estado brasileiro, hoje, é um "despoupador". A alocação de gastos públicos é malfeita?

Giannetti: O déficit público, hoje, é um déficit de consumo, não de investimento. É inaceitável que um Estado que arrecada 32% do PIB e tenha um déficit nominal de 4,5%, gastando portanto 36,5% de toda a renda gerada no país, não consiga atender as necessidades mais fundamentais de educação e saúde pública. Não conseguimos nos desvincular de compromissos e abusos do passado. Temos que revisar essa alocação, medir a eficiência dos gastos. O Estado tem que mudar, há reformas fundamentais que são urgentes.

Valor: Sendo uma economia fechada e com tantas distorções, não será perigoso para o país aderir à Área de Livre Comércio das Américas (Alca)?

Giannetti: Se o Brasil aderir à Alca tal como está hoje, com os regimes tributário e trabalhista atuais, com sua confusão institucional, será muito mais prejudicado do que precisaria ser. A questão é saber como estaremos internamente quando entraremos no bloco e o que demandaremos externamente dele. Talvez o maior mérito da Alca seja o de representar um enorme incentivo para mudar situações de ineficiência econômica. Países como Portugal, Espanha e Itália só conseguiram eliminar certos entraves internos à competitividade de suas economias quando a necessidade de entrar na União Europeia se tornou uma questão de vida ou morte. Uma nova geração de reformas poderá ser deflagra com o horizonte da Alca.